

AINST/16/00017 — Relatório final da CAE

I - Avaliação da Instituição

Perguntas A1. e A2.

A1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Santarém

A2. Natureza da instituição:

<sem resposta>

Requisitos Gerais

A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

A3.1. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

Está definido e é coerente com a natureza politécnica e a missão da Instituição

A3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Como se pode ler no Relatório de autoavaliação (RAA) a nível de missão, o Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) “é uma instituição de ensino superior politécnico público, ao serviço da sociedade, empenhada na qualificação de alto nível dos cidadãos, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão do saber de natureza profissional, da cultura, da ciência, da tecnologia, das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, relevando a centralidade no estudante e na comunidade envolvente, num quadro de referência internacional.” O seu projeto “pretende contribuir, em primeiro lugar, para o desenvolvimento humano, técnico, cultural, científico e económico da região do Ribatejo, e para a melhor formação, fixação e atração dos ativos na região, particularmente os jovens”, como por exemplo os TeSP de Cuidados Veterinários e de Viticultura e Enologia. Neste enquadramento, como visão o IPSantarém pretende afirmar-se como “um Instituto Politécnico com um ensino de excelência a nível nacional e internacional consolidando-se como instituição de referência no espaço geográfico da educação superior”. Mais acrescenta que tendo em vista a excelência do ensino e o prestígio institucional, o IPSantarém procura promover continuamente quatro linhas estratégicas: adequar a oferta de ensino; reforçar a qualidade da oferta visando o aumento do número de estudantes; estimular a mobilidade e a internacionalização do IPSantarém e promover um maior envolvimento do IPSantarém com a comunidade, valorizando-o como Pólo de desenvolvimento da região e do país. O Plano estratégico de médio prazo (2015-2018) enumera apostas do IPSantarém que se pretendem alinhadas com as estratégias de desenvolvimento das regiões para a promoção de desenvolvimento do país, como por exemplo aprofundar as relações com os stakeholders da comunidade envolvente e apresenta linhas de orientação estratégica e respetivos objetivos, indicadores, metas e planos de ação.

A4. Organização e gestão

A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

A4.1.1 Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.

Existem, satisfazem as condições legais e funcionam regularmente

A4.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

De acordo com os estatutos do IPSantarém, os órgãos de governo da Instituição são: Conselho geral

composto por 21 membros; Presidente do Instituto, coadjuvado por Vice-presidentes (atualmente 2) e por Pró-presidentes (atualmente 3) e Conselho de gestão, composto pelo Presidente do Instituto, que preside, por um Vice- Presidente e pelo Administrador do Instituto. São órgãos e serviços transversais ao IPSantarém: o Conselho científico-pedagógico que é um órgão que goza de competências próprias no âmbito científico ou técnico-científico e no âmbito pedagógico e tem como finalidade estabelecer formas de cooperação e articulação entre os conselhos técnico-científicos e os conselhos pedagógicos das Escolas, o conselho científico da unidade de investigação e a comissão técnico-pedagógica da Unidade de Formação pós-secundária e profissional; o Conselho para a Avaliação e Qualidade; o Conselho Consultivo de Gestão cujas funções são as de apoiar o regular funcionamento do Instituto em matéria de natureza administrativa e financeira, bem como a gestão de recursos humanos e o Provedor do Estudante. Os órgãos das Unidades Orgânicas (Escolas) são: a Assembleia da escola; o Diretor; o Conselho Técnico-Científico e o Conselho Pedagógico. As Escolas regem-se por estatutos próprios, onde são fixados os órgãos de gestão e as respetivas competências, bem como os princípios que devem orientar as suas atividades. Além disso, regem-se também por orientações gerais definidas pelo Instituto, como por exemplo critérios gerais de recrutamento de pessoal docente e de investigação. O Instituto ainda conta com unidades, designadamente, a Unidade de Investigação, à qual compete coordenar a investigação científica no âmbito do Instituto, em articulação com as Escolas e é dirigida por um diretor e um subdiretor eleitos pelo conselho científico da Unidade; a Unidade de Formação pós-secundária e profissional dirigida por um diretor nomeado pelo Presidente do Instituto, ouvido o Conselho científico-pedagógico; a Unidade de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo, criada em 2011, dirigida por um coordenador nomeado pelo presidente, ouvido o Conselho científico-pedagógico e a Unidade Biblioteca que tem como objetivo gerir e coordenar o acervo bibliográfico do Instituto, o Repositório Institucional do IPSantarém e os serviços específicos prestados aos seus utilizadores. São ainda órgãos do IPSantarém o Administrador do Instituto e o Administrador dos SAS.

A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento

A4.2.1 É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:

Sim

A4.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Segundo os Estatutos, o RAA e a informação recolhida durante a visita da CAE, as autonomias científica e pedagógica estão asseguradas na IES.

A nível institucional, a autonomia científica e pedagógica é assegurada através do Conselho científico-pedagógico que é composto pelos seguintes membros: a) O presidente do Instituto, que preside; b) Um vice-presidente com competência delegada no âmbito científico-pedagógico; c) Os presidentes dos conselhos técnico-científicos (CTC) das Escolas; d) Os presidentes dos conselhos pedagógicos (CP) das Escolas; e) O presidente do conselho científico da Unidade de Investigação; f) O presidente da comissão técnico-pedagógica da Unidade de Formação Pós -Secundária e Profissional. A nível das Unidades orgânicas, a autonomia científica e pedagógica é assegurada através dos Conselhos Técnico-Científicos e dos Conselhos Pedagógicos. Os docentes do CTC são eleitos pelos seus pares. O CP é composto, em paridade, por docentes e alunos das diversas Unidades orgânicas.

A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento

A4.3.1 É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:

Sim

A4.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

As respostas a A4.1 e A4.2 são suficientemente esclarecedoras. Com efeito, a IES refere

competências específicas para os docentes e estudantes que participam em órgãos estatutariamente previstos. A CAE constatou que existem na IES procedimentos diversificados nos cursos, por exemplo, nalguns cursos existem coordenadores de curso e de ano, noutros somente coordenadores de curso.

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):

Existe, a nível da Instituição, não estando certificado pela A3ES (campo A4.4.2)

A4.4.1. Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES:

<sem resposta>

A4.4.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:

O IPSantarém está a implementar o sistema de Garantia e Gestão da Qualidade (SGGQ) que visa “ a certificação dos processos na área do ensino, da investigação e da extensão à comunidade bem como dos processos de suporte: planeamento académico, gestão da informação, gestão dos recursos (humanos e materiais) e gestão financeira.” Uma das suas unidades orgânicas (Escola Superior de Saúde) está certificada pela norma ISO 9001:2008 desde 2009, mas simultaneamente está a fazer a transição para a norma ISO 9001:2015 e a convergir para o SGGQ do IPSantarém, baseado nos referenciais da A3ES.

O SGGQ é coordenado pela vice-presidente do IPSantarém. Os processos são coordenados por gestores de processo, articulados em cada unidade orgânica, pelo coordenador local de processo com ligação a todos os intervenientes no processo.

A documentação do Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade é disponibilizado na plataforma GDOC, acessível a todos os utilizadores. A adesão à participação ao processo, a partir da aplicação dos instrumentos de Gestão e Garantia da Qualidade tem vindo a ocorrer gradualmente em cada Unidade.

O SGGQ encontra-se suportado no Manual de Qualidade, 3ª edição de março de 2016. Este “aplica-se a todas as formações ministradas em todas as Escolas Superiores do IPSantarém, Serviços de Ação Social, Serviços Centrais e atividades de investigação, elaboração e desenvolvimento de estudos e projetos. A reunião da CAE com os responsáveis foi esclarecedora e conducente a considerar que se trata de um processo de forte aposta da Instituição. Aliás, a CAE foi informada que o IPSantarém solicitou recentemente à A3ES a auditoria e a certificação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade.

A5. Ensino

A5.1. Procura e acesso

A5.1.1. A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:

Sim

A5.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

De acordo com o RAA, o IPSantarém refere que “procura de uma forma dinâmica e sistemática desenvolver os processos mais indicados para captar os seus futuros alunos que vão desde a participação por convite em feiras de orientação pedagógica até ações de divulgação dirigidas.” Acrescenta que existe uma coordenação na divulgação de ações bem como na produção de material de merchandising, através de grupos de divulgação das várias escolas.

Menciona que “desde 2015 e no âmbito da criação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais

(TeSP), o Instituto criou a sua Rede de Ensino Profissional que neste momento já envolve 34 entidades (24 Agrupamentos e Escolas Secundárias e 10 Escolas Profissionais). Esta estrutura tem permitido desenvolver parcerias que promovem a proximidade aos estudantes daqueles estabelecimentos de ensino, tornando-se assim uma forma de dar a conhecer não só as escolas bem como a sua oferta formativa.” Ainda menciona outras ações. De acordo com o RAA, no período compreendido entre os anos letivos 2013/14 e 2016/17 “o Concurso Nacional de Acesso (CNA) tem-se traduzido por pequenas oscilações nas vagas oferecidas (1062, 1031, 1001 e 1018) com um preenchimento global de 82%, 84%, 95% e 81% respetivamente. Note-se que este valor corresponde aos alunos inscritos no 1º ano, 1ª vez, após todas as fases do CNA e concursos especiais. De referir que a 2ª fase bem como os concursos especiais contribuem de uma maneira muito significativa (cerca de 40%) para o preenchimento das vagas. Em termos de resultados da procura, o concurso M23, tem apresentado valores relativamente constantes desde 2014 até 2016 (87, 93 e 89 candidatos respetivamente). Analisando a procura por escola, são a Escola Superior de Gestão e Tecnologia e a Escola Superior Agrária as mais procuradas. Este facto deve-se à oferta de cursos em regime pós-laboral. No âmbito da internacionalização, os resultados ainda não são muito relevantes (63 estudantes internacionais).

O IPSantarém tem desenvolvido um conjunto de ações conducentes ao recrutamento de novos estudantes mas no RAA não está muito clara qual é a política de recrutamento da IES. Não obstante, a pronúncia clarifica melhor a política de recrutamento apontando nomeadamente, objetivos estratégicos e respetivos indicadores e metas anuais.

A5.2. Sucesso escolar

A5.2.1. A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:

Em parte

A5.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A promoção do sucesso escolar centra-se sobretudo no 1º ciclo. Durante as reuniões não ficou muito clara a estratégia que a IES adota para promover o aumento do sucesso escolar. Contudo, a IES destaca, entre outras, as seguintes medidas para promover a integração dos estudantes e o sucesso escolar:

- concretização de programas de acolhimento aos novos estudantes, com atividades diversificadas, envolvendo a comunidade escolar, nomeadamente os órgãos das Escolas, os serviços, os coordenadores de cursos, os docentes, a associação de estudantes, o SAS, entre outros;
- criação de novos apoios sociais através das bolsas de colaboração em vários serviços das Unidades Orgânicas;
- realização de vários workshop de orientação dos estudantes e de gestão da formação;
- envolvimento dos estudantes em diversas iniciativas formativas, técnico-científicas, em articulação com a comunidade ou no âmbito de programas de mobilidade;
- disponibilização e divulgação, nas várias plataformas, do horário de atendimento dos docentes e coordenadores de curso/professor de referência;
- disponibilização no ato da matrícula de informação relativa a bolsas, residências, Gabinete de Saúde e Acompanhamento Psicopedagógico (GAPP) e transportes, entre outros.
- monitorização regular da assiduidade dos estudantes;
- calendarização mais atempada dos testes e exames; Somente algumas das medidas foram referidas durante as reuniões. O sucesso é bastante heterogéneo segundo os cursos; para o facto não foram referidos dados muito relevantes. Nos 2º ciclos, não só o nº de vagas ocupadas é reduzido como a taxa de eficiência se revela baixa. A ESDRM menciona diversas estruturas/ iniciativas específicas conducentes à promoção do sucesso académico dos alunos e à sua integração no mercado de trabalho.

Os estudantes referiram que existe uma boa relação professor aluno e que os docentes estão normalmente disponíveis para colaborar com os alunos e esclarecerem dúvidas sobre as matérias lecionadas. Queixam-se de algum “isolamento” motivado pela dispersão das instalações, acessibilidades menos boas, insuficiente comunicação interna e por falta de iniciativas que promovam um maior convívio a nível do Politécnico como um todo.

A5.3. Ligação à investigação orientada

A5.3.1. A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:

Em parte

A5.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Observa-se a existência de alguma dinâmica na angariação de projetos de investigação orientada, prestação de serviços e de interação com a comunidade envolvente e a oferta de unidades curriculares em alguns ciclos de estudo (por exemplo na ESES e na ESSS) no sentido de envolver os estudantes nessas atividades, embora, no geral a investigação orientada no âmbito do ensino não pareça ser muito desenvolvida; a ESGTS revela poucas evidências a este nível. Existe um espaço de aprofundamento considerável no sentido de colmatar ainda alguma debilidade nesta área. O IPSantarém dispõe de uma Unidade de Investigação (UIIPSantarém) criada em 2008 que integra docentes das diversas unidades orgânicas e que poderá contribuir para reforçar a atividade de investigação e propiciar mais oportunidades para os estudantes desenvolverem investigação orientada. Durante a visita alguns estudantes descreveram experiências de envolvimento em investigação que originaram publicações conjuntas com os seus professores.

A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

A5.4.1. A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:

Em parte

A5.4.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O IPSantarém dispõe, a nível institucional, de uma unidade de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo e são adotadas algumas medidas, nomeadamente a disponibilidade de oferta de empregos através do Portal do Emprego do IPSantarém, bem como o registo do CV por parte do candidato, a realização de feiras do emprego, como é exemplo a 1ª Feira do Emprego do IPSantarém, em 2017, com a participação de 580 Estudantes e 25 empresas e a participação no concurso Poliemprende (no ano letivo 2016/17 o concurso regional teve vinte equipas a concorrer). Contudo, parece não existir uma política institucional de monitorização do percurso profissional dos diplomados do IPSantarém que seja transversal a toda a Instituição, tanto que no RAA é referido que “em cada escola existe uma estrutura responsável pelo acompanhamento do percurso dos diplomados, promovendo informação relativa a oportunidades de formação e emprego”. Nota-se que é a própria instituição, na sua análise de SWOT, a indicar uma fraca monitorização da inserção dos estudantes no mercado de trabalho.

Vejamos exemplos de medidas, por escola:

A ESAS faz referência à sua página, onde são colocadas todas as ofertas de emprego recebidas, bem como a articulação com a Associação de estudantes e às relações de parceria da Escola com empresas, associações e outras organizações que se socorrem da mesma para satisfazer as ofertas de trabalho com que se confrontam e a realização de ações de formação, palestras e seminários enquadradas por ex. no concurso Poliemprende ou na Semana Global do Empreendedorismo.

A ESDRM faz referência ao estágio curricular (semestre ou anual); ao relevo atribuído ao empreendedorismo e inovação, quer seja como unidade curricular autónoma ou como parte

integrante dos conteúdos programáticos no domínio da conceção de ideias de negócio; realiza anualmente o evento Blast-Off, uma iniciativa que consiste numa exposição profissional e de oportunidades no desporto, onde os alunos apresentam à comunidade o resultado do seu trabalho no âmbito dos estágios e projetos de final de curso; e dispõe de 2 gabinetes funcionais da ESDRM que têm um papel fulcral nesta missão de ligação entre o ensino e o mercado de trabalho, são eles: O Gabinete de Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho no Desporto (GAIMTDesp) e o Gabinete de Empreendedorismo e Inovação no Desporto – Sportup (GEIDesp), que tem como principal função despoletar e acompanhar projetos de empreendedorismo no setor do desporto, em estreita ligação com as associações empresariais e centros de negócio da região (por exemplo: NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém; CNIRM - Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior).

As restantes unidades orgânicas não apresentam medidas específicas de monitorização da empregabilidade e de apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho.

Globalmente a empregabilidade dos estudantes, na área em que obtiveram o seu diploma é boa, com exceção da ESES.

A6. O corpo docente

A6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:

Em parte

A6.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Atendendo a que a apreciação dos critérios legais da adequação do corpo docente é tratada no ponto A14, neste item é de referir que com base nos dados constantes do RAA, nomeadamente das fichas curriculares dos docentes, a instituição dispõe de 121,1 docentes ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro) com o grau de Doutor, a que corresponde 48,8% dos docentes. A IES apresenta 69,37 ETI com o título de Especialistas (17 dos quais são Doutores) e 72,79 ETI de docentes licenciados ou com o grau de Mestre. A nível etário, segundo o RAA “tendo em consideração uma perspetiva de planeamento a longo prazo, verifica-se que, em 2027, cerca de 30% dos docentes ou já se terá reformado ou estará em condições de o fazer pelo que o corpo docente apresenta um apreciável nível de envelhecimento.” Contudo, existem diferenças entre as unidades orgânicas. Docentes da ESAS e da ESES manifestaram preocupação com o grau de envelhecimento dos docentes e não é clara a política de recrutamento da IES.

Globalmente é elevada a percentagem de docentes que tem uma relação estável com a Instituição (docentes em tempo integral com mais de 3 anos de contrato), mas a situação difere entre as unidades orgânicas, variando entre 78% na ESDRM e 94.8% na ESAS.

A7. A atividade científica e tecnológica

A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

A7.1.1. A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:

Em parte

A7.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O RAA menciona que esta atividade é desenvolvida por diversas vias, nomeadamente:

- Unidade de Investigação do IPSantarém (UIIPSantarém)

- Dois centros de investigação (CIDESD e CIEQV) reconhecidos pela FCT - Envolvimento dos docentes em centros de investigação de outras instituições, igualmente reconhecidos pela FCT. A UIIPSantarém tem como objetivos: a) Promover a investigação e o desenvolvimento científico, através dos domínios científicos: Ciências da Vida e da Saúde; Ciências Exatas e da Engenharia; Ciências Naturais e do Ambiente e Ciências Sociais e Humanas b) Promover a prestação de serviços à comunidade e c) Contribuir para o desenvolvimento da formação pós -graduada.

O Centro de Investigação em Ciências do Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD) é uma unidade de investigação aplicada, técnica e cientificamente multidisciplinar, sediado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real), que resulta de um consórcio alargado de instituições de Ensino Superior, o qual inclui a Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

O Centro de Investigação em Qualidade de Vida (CIEQV) foi estabelecido através de um consórcio entre o IPSantarém e o IPLeiria. O CIEQV tem como missão, através da sua investigação, contribuir com a produção de conhecimento e inovação para a promoção da melhoria da qualidade de vida do ser humano. O CIEQV, em termos globais, foca a sua investigação nas áreas: (a) da alimentação e sua produção (segurança alimentar e agricultura sustentável), (b) da atividade física como condição para a qualidade de vida dos cidadãos, (c) da educação nas suas diversas vertentes, aliadas à criação e utilização de tecnologia inovadora e aplicada, e (d) da qualidade de vida das pessoas no trabalho. São descritas algumas políticas de investigação, embora seja pertinente uma definição mais profundada de opções de linhas de investigação com impacto no processo de ensino-aprendizagem. Embora a investigação orientada, em geral, ainda seja uma debilidade da IES sendo a própria instituição, na sua análise de SWOT, a assumir uma fraca atividade e impacto da investigação desenvolvida, merecem destaque positivo pela % de docentes que integram centros acreditados e pela produção científica as escolas ESDRM e a ESAS.

A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

A7.2.1. A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:

Em parte

A7.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

No RAA são mencionadas diversas dimensões de prestação de serviços à comunidade da IES: estabelecimento e manutenção de protocolos; aproveitamento das infraestruturas de apoio; formação contínua e ao longo da vida; cooperação pedagógica, técnica e científica; desenvolvimento cultural, artístico e desportivo; e parcerias internacionais.

Não se observam em geral resultados destas dimensões, o sucesso das medidas implementadas é ainda fraco e a prestação de serviços à comunidade enferma ainda de alguma debilidade.

Em 2016 o total das receitas próprias foi de cerca de 4.500.000 euros, sendo, na sua maioria, proveniente de propinas. A IES tem medidas para a prestação de serviços, mas não é consistente a política institucional para a prestação de serviços à comunidade.

A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

A7.3.1. A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:

Em parte

A7.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

De acordo com o RAA, uma boa parte das receitas próprias deriva das atividades letivas, principalmente de propinas (nos últimos cinco anos, em média, correspondem a cerca de 73 % das

receitas próprias). Num orçamento global (orçamento de estado e receitas próprias, 2016) de cerca de 12,8 milhões de euros, 4,5 milhões resultam de receitas próprias, cerca de 35%. As receitas angariadas através de alugueres de espaços, estudos e outras receitas representam cerca de 580 mil euros. Na pronúncia a IES menciona que o nível de receitas próprias é adequado o que, de certa forma, contradiz a análise de swot atualizada constante no RAA, onde a capacidade de produção de receitas próprias figura como ponto fraco.

A8. Políticas de colaboração nacional

A8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:

Em parte

A8.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A Instituição define as seguintes linhas orientadoras: formação de cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP); potencializar as competências internas através da colaboração e cooperação entre os docentes das escolas, na promoção de oferta formativa conjunta; potencializar as parcerias a nível Regional, aprofundando as relações estratégicas do IPSantarém com a Comunidade Inter Municipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), a NERSANT e os demais stakeholders da comunidade envolvente; criar parcerias com as empresas e entidades de interface do tecido económico para melhorar as competências do capital humano; fomentar as parcerias a nível nacional promovendo uma oferta formativa diversificada e o desenvolvimento de competências adequadas à sua formação em contexto de estágio; mobilidade de estudantes e docentes e projetos de investigação orientada. São definidas as orientações, diversos protocolos e instituições mas não está clarificado como são implementadas, qual o seu sucesso e grau de relevância.

A9. Políticas de internacionalização

A9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:

Sim

A9.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Em termos de internacionalização e para além de programas como o Erasmus, a instituição aposta preferencialmente na lusofonia (em particular Brasil, Palops e América Latina). A IES reconhece a importância da constituição de redes que potenciem todos os aspetos da internacionalização, inclusive a investigação comum, a participação em artigos em coautoria e a publicação em revistas. No âmbito da sua política é de realçar: a celebração de acordos de dupla titulação e de “joint degrees, a participação em projetos de investigação e outras atividades de mobilidade, integrando equipas ou consórcios internacionais, sejam de carácter multi ou bilateral. Para facilitar a internacionalização a IES tem organizado cursos de língua inglesa, destinados a funcionários, procura construir uma rede de “embaixadores do IPSantarem”, é membro fundador da ACINET, rede que integra 8 instituições de ensino superior de Portugal e Países da América Latina, é membro fundador da Rede Peninsular de Inovação Aberta, que integra várias instituições de ensino superior de Portugal e Espanha.

Desde 2014/15 na ESSS funciona o 1º semestre do Mestrado Erasmus Mundus” em Enfermagem de Urgência e Cuidados Continuado e desde 2012/2013 funciona na ESDRM o curso “Joint Degree” de Licenciatura em Atividade Física e Estilos de Vida Saudáveis. Este curso é lecionado em língua inglesa e titulado por um consórcio de 7 instituições, pertencentes a 6 países da União Europeia. Para captar estudantes internacionais também tem concretizado diversas medidas (criou a IPSantarém International School, criou o Programa Pedro Alvares Cabral, o qual consiste na atribuição de uma bolsa a estudantes que desejem realizar um período de estudos numa instituição parceira dos países da América Latina, oferece cursos em língua inglesa, realiza anualmente a Semana Internacional da Associação Comenius. Não obstante, os resultados ainda são modestos.

Tem cerca de 60 estudantes estrangeiros matriculados nos seus ciclos de estudo, diferentemente distribuídos entre as Unidades Orgânicas. Segundo o RAA, a ESAS e a ESDRM não tem qualquer estudante, enquanto a ESSS tem a maior percentagem (5%). A mobilidade in e out de docentes têm valores expressivos na ESSS e na ESES mas na ESAS não existe qualquer registo. Esta Unidade Orgânica também é a que regista menor nível de mobilidade in e out dos estudantes. No geral é essencial continuar o desenvolvimento da internacionalização.

A10. Instalações

A10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico:

Sim

A10.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

As instalações do IPSantarém encontram-se dispersas pela cidade (com exceção da ESDRM que se localiza em Rio Maior). No geral de acordo com a informação disponível, as instalações são adequadas aos fins a que se destinam, mas algumas carecem de intervenção de manutenção.

Nota-se que é a própria instituição, na sua análise de SWOT, a indicar como ponto fraco a manutenção de instalações e equipamentos. Alguns alunos queixam-se de manutenção deficiente nalgumas instalações (ex. auditório na ESSS) e da necessidade de modernizar equipamentos (ex. ESAS) e disponibilizar viatura para deslocações decorrentes do processo ensino-aprendizagem (ESAS).

De acordo com os alunos e os docentes, na ESDRM a construção da residência para estudantes é uma valência fundamental, até mesmo para prevenir o abandono escolar.

A11. Serviços de ação social

A11.1. São assegurados serviços de ação social:

Sim

A11.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém contemplam apoio social direto através da atribuição de bolsas de estudo e concessão de auxílios de emergência e apoio social indireto (alojamento, alimentação, saúde, atividades desportivas e culturais e apoios educativos). Existem três residências, quatro cantinas, 5 bares, um Ginásio de Fitness e um Clube de karaté e Escola de Ténis, esta em parceria com entidade externa. Existe um Gabinete de Apoio Psicopedagógico. A IES tem protocolos com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - ACES da Lezíria, e com o Instituto Português da Juventude e Desporto, IP. É de salientar que o número de bolsas concedidas aumentou ano após ano, bem como o seu peso face ao número de estudantes inscritos. A taxa de ocupação do alojamento (número de camas) disponível foi de 87% em 2015/2016.

A despesa em ação social foi de cerca de 750.000 euros, sendo a contribuição do orçamento do Estado de cerca de 60%

A12. Informação para o exterior

A12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:

Em parte

A12.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

As evidências baseiam-se fundamentalmente na página da internet da instituição e na utilização das redes sociais, ao que acresce o merchandising, geralmente distribuído em feiras de divulgação da oferta formativa e outros eventos. A CAE concluiu pela pouca divulgação na comunidade da atividade do Politécnico e da necessidade de reforçar as ações junto dos estudantes do secundário. Na página da internet do IPSantarém não se encontram explicitadas as devidas referências aos relatórios de autoavaliação e de avaliação externa, nem as decisões da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Nestas condições, o IPSantarém não cumpre totalmente com o estipulado no artigo 16º do RJAES, Lei nº 38/2007 de 16 de agosto e no artigo 20º do Regulamento 392/2013 da A3ES.

Requisitos Específicos

A13. Oferta educativa

A13.1. INSTITUTO POLITÉCNICO: A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO: A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

A13.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A instituição tem 5 Unidades Orgânicas (Escolas de áreas diferentes) com uma oferta de 36 licenciaturas (1º ciclo), 29 mestrados (2º ciclo) e 14 TeSP.

A14. Corpo docente

A14.1. No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:

- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;
- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Em parte

A14.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Com base nos dados constantes do RAA, nomeadamente das fichas curriculares dos docentes, a instituição dispõe de 121,1 docentes ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro) com o grau de Doutor, 69,37 ETI com o título de Especialistas (17 dos quais são Doutores) e 72,79 ETI de docentes licenciados ou com o grau de Mestre. De acordo com os requisitos do RJIES, verifica-se que:

- 45,20% dos docentes são doutorados (>15% no mínimo);
- 28% dos docentes são Especialistas (< 35% no mínimo);
- o número de estudantes por Doutorado+Especialista é bastante inferior ao máximo admitido de 30 (20,6 em média);
- cerca de 79% dos docentes encontram-se em regime de tempo integral (ETI).

O número de doutorados é elevado. No entanto, o número de especialistas não obedece à legislação sendo inferior a 35% do número total de ETI. Relativamente à observação apresentada na pronúncia sobre a forma de aferir o número de especialistas, é de mencionar que a CAE analisou a informação disponibilizada no RAA.

A15. Observações

A15. Observações

<sem resposta>

II - Avaliação das Unidades Orgânicas

B1. Ensino

B1.1. Adequação da oferta educativa

Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.

A oferta formativa é adequada à missão das Unidades Orgânicas e enquadra-se no Plano Estratégico do IPSantarém para o quadriénio 2015/2018. Está organizada numa fileira de formação contemplando dois ou três níveis académicos. Tendo em consideração o ano letivo 2015/16:

- A nível da oferta de cursos de TeSP, a ESAS e a ESDRM destacam-se pela procura em todos os cursos oferecidos. A ESES e a ESTGS revelam fragilidades nalguns cursos embora com uma oferta bastante mais alargada;
- A nível da oferta de 1º ciclos de estudo, a ESDRM e a ESSS destacam-se garantindo uma boa procura. Todas as outras escolas demonstram algumas fragilidades: A ESAS tem menor procura no ciclo de estudos de Qualidade Alimentar e Nutrição Humana, a ESES nos ciclos de estudos de Educação Social (Pós-laboral) e de Artes Plásticas e Multimédia, a ESGTS no ciclo de estudos de Redes Sociais. Nos restantes 1º ciclos de estudos, todas as ofertas formativas têm razoável procura;
- A nível da oferta de 2º ciclos de estudo, todas as escolas demonstram fragilidades não garantindo uma adequada procura. Todas as Escolas têm uma oferta alargada, exceto a ESDRM que oferece dois mestrados, mas só um teve procura, e a ESSS; 50% da oferta da ESES não tem procura.

B1.2. Estudantes

Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.

De acordo com o RAA e com informação disponibilizada posteriormente, no IPSantarém regista uma redução anual do número de alunos desde o ano letivo 2010/11, exceto no ano letivo 2015/16 (4188 em 2010/11 e 3670 em 2017/18). Em geral, predominam os estudantes da região de Santarém, seguindo-se o distrito de Lisboa. A Instituição ainda não inverteu a tendência decrescente.

A nível de evolução do nº de estudantes de 1º ciclo de estudo, destaca-se a ESDRM pelo acréscimo anual de estudantes desde o ano letivo 2010/11 (exceto em 2013/14); tendo aquele ano como referência contabilizou em 2017/18 um aumento de 40%, tornando-se a Unidade Orgânica com maior nº de alunos (861). Por sua vez, a ESES tem registado um decréscimo acentuado de estudantes. Em 2017/18 regista um nº de estudantes (336) que representa cerca de 45% do valor de 2010/11. A ESAS também revela fragilidades a este nível, com um nº de estudantes em 2017/18 (406) que representa cerca de 62% do valor registado em 2010/11. Na ESGTS esta % passa a 68%, mas nota-se uma inversão de tendência nos últimos 3 anos letivos. Na ESSS nota-se alguma estabilidade. A nível de evolução do nº de estudantes de 2º ciclo de estudo, destaca-se a ESES com o maior nº de estudantes (50% do total). A ESDRM e a ESSS destacam-se pela redução substancial de estudantes, comparando os anos letivos 2017/18 e 2010/11.

B1.3. Diplomados

Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.

Na maior parte das ofertas formativas em especial nos 2º ciclos de estudo, o número de diplomados corresponde a uma baixa taxa de sucesso escolar (excetuam-se os cursos de TeSP por terem tido início recentemente), o que é reconhecido no RAA.

No caso da ESAS o ciclo de maior sucesso escolar é o de Engenharia Agronómica (1º ciclo), na ESDRM é o Desporto da Natureza e Turismo Ativo (1º ciclo), na ESES é o de Educação Social (1º ciclo), na ESGTS é o Marketing e Publicidade (1º ciclo) e na ESSS o curso de Enfermagem (1º ciclo).

A empregabilidade na área de formação em geral é boa (embora as taxas de conclusão dos cursos sejam baixas) com exceção da ESES (40,2%).

B2. Corpo docente

B2.1. Adequação em número, qualificação e especialização

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Todas as Unidades Orgânicas mostram ter um bom rácio Estudantes/(Doutorados+Especialistas). A ESSS e a ESES são as únicas que preenchem todos os requisitos previstos no artigo 49º do RJIES, sendo que a ESSS é a que tem menor % de doutorados.

As restantes Unidades Orgânicas mostram também ter uma boa percentagem de Doutorados mas não cumprem os requisitos em percentagem de Especialistas.

B2.2. Estabilidade e dinâmica de formação

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Existe estabilidade do corpo docente em todas as unidades orgânicas. A ESAS é a que tem maior % de docentes em tempo integral com pelo menos 3 anos de contrato (94,80%). A ESDRM é a Unidade Orgânica com menor indicador de estabilidade (78%).

Perguntas B3. a B5.

B3. Instalações

Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.

As instalações do IPSantarém encontram-se dispersas pela cidade (com exceção da ESDRM que se localiza em Rio Maior). De acordo com o RAA as instalações e equipamentos são adequados face às características e necessidades dos ciclos de estudo lecionados. No geral encontram-se em bom estado de conservação (as instalações da ESDRM foram inauguradas em 2013 e as da ESSS foram em 2000) mas algumas carecem de intervenção de manutenção. Alguns alunos queixam-se de falta de manutenção nalgumas instalações da ESS (ex. auditório), da necessidade de modernizar equipamentos (ESAS) e disponibilizar viatura para deslocações decorrentes do processo ensino-aprendizagem (ESAS). A melhor situação, dado ser mais recente, é a da ESDRM, mas necessita da construção da residência dos residentes.

B4. Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.

A Instituição desenvolve atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível de uma forma geral em todas as unidades orgânicas, mas ainda constitui uma debilidade da IES sendo a própria instituição, na sua análise de SWOT, a indicar uma fraca atividade e impacto da investigação desenvolvida. Realçam-se positivamente a ESAS e a ESDRM, com elevada número de docentes como membros integrados de centros de avaliação acreditados, participação em projetos de I&D, produção científica e boa evolução de publicações em revistas nacionais e internacionais com revisão. A ESGTS e a ESSS parecem ter maiores fragilidades neste campo, ainda têm um nº elevado de docentes que não integram centros de investigação.

B5. Produção artística

Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.

A ESES menciona algumas atividades maioritariamente resultado de iniciativas integradas em UC do Curso de Artes Plásticas e Multimédia e/ou em projetos e atividades com ele relacionados, levados a cabo por estudantes e por docentes.

Perguntas B6. a B7.

B6. Prestação de serviços à comunidade

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.

A ESAS lista um conjunto de fontes de prestação de serviços, nomeadamente, cooperação pedagógica, técnica e científica ou de consultoria; seminários/colóquios/"workshops" envolvendo docentes da ESAS ou especialistas de reconhecida competência técnico-científica; realização de análises laboratoriais em Alimentos e Microbiologia de Alimentos, Águas e Química de Águas, Solos, Leite e Queijos, Azeite, Plantas, Ambiente, Superfícies em Restauração e Superfícies de Trabalho e Operadores; cursos de curta duração ministrados na ESAS e cuja inscrição e frequência é aberta a todos os interessados; visitas pedagógicas e de lazer; Escola de Equitação e aluguer de espaços e de equipamentos. Embora nem todas sejam geradoras de receita mostra dinâmica de intervenção. Apresenta a seguinte evolução dos valores das prestações de serviços nos últimos 5 anos: Ano 2012 = 82.138€; ano 2013 = 83.100€; ano 2014 = 123.078€; ano 2015 = 126.795€; ano 2016 = 144.422€.

A ESDRM evidencia diversas atividades, nomeadamente, Programa Diabetes em Movimento® Rio Maior, desenvolvido em conjunto com diversos parceiros locais e regionais (Escola Superior de Saúde de Santarém, Câmara Municipal de Rio Maior, Agrupamento de Centros de Saúde de Lezíria, Hospital Distrital Santarém e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.; Conceção do plano estratégico do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), o qual, foi contratualizado com o CPP; Conceção do plano estratégico de desenvolvimento do futebol feminino em Portugal, contratualizado com a Federação Portuguesa de Futebol; Programa Formar e Sensibilizar para o Serviço Nacional de Informação Desportiva (IPDJ: CP/278/DD/2015), e Caracterização e Treino de Competências Psicológicas em Triatletas, serviço prestado à empresa Municipal DESMOR. Ainda no âmbito da prestação de serviços, a ESDRM tem um Gabinete de Formação Contínua, cuja evolução das ações ao longo dos anos se apresenta de forma resumida: em 2014 foram 12 ações que totalizaram uma participação de 380 formandos, em 2015 realizaram-se 26 ações com uma participação de 425 formandos e em 2016 foram realizadas 10 ações com uma participação total de 441 formandos. Esta Unidade Orgânica também revela dinâmica, embora não se conheça o impacto na obtenção de receitas próprias.

A ESES lista atividades de prestações de serviço a nível de desenvolvimento educativo, desenvolvimento cultural e artístico, desenvolvimento social e comunitário e desenvolvimento tecnológico que revelam dinâmica de intervenção, mas não se conhece o efeito na geração de receitas próprias. A ESGTS também tem alguma atividade neste domínio, nomeadamente, a realização do Curso de Preparação para o Exame de Admissão à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas/Ordem dos Contabilistas Certificados; a realização (entre 2010 e 2014) do "Curso Intensivo de Estudos Europeus", a realização do estudo sobre a "Caraterização dos Visitantes da Feira Nacional da Agricultura" em colaboração com o CNEMA –Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA. e o Orbis Inovação, e o núcleo de inovação do IPS a funcionar na ESGT, cuja ação consiste na formação e difusão de conhecimento na criação de produtos, negócios e atividades, com a participação de professores, estudantes e instituições. Também demonstra alguma dinâmica mas desconhece-se o efeito da atividade na produção de receita própria. A ESSS desenvolve atividades essencialmente para o suporte às atividades solicitadas pelas organizações parceiras da área da saúde, do ensino e do social. São exemplos, o Programa Diabetes em Movimento® Rio Maior, em parceria com a ESDRM, a Câmara Municipal de Rio Maior, o ACES da Lezíria, o Hospital de Santarém e a ARSLVT, a promoção da saúde no âmbito da sexualidade, da promoção da saúde mental e da alimentação, em escolas e agrupamentos de escolas na área de influência regional da ESSS e a colaboração em atividades de diagnóstico de situação, com a participação de estudantes e professores no desenvolvimento de rastreios em populações concretas, essencialmente por solicitação de organizações parceiras. Também não se conhece o seu impacto na

geração de receitas próprias.

B7. Colaboração nacional e internacional

Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas. Na ESAS os projetos desenvolvidos deram origem a um total de 52 parcerias, das quais 15 são com instituições internacionais, 11 com entidades nacionais privadas, e 26 com entidades nacionais públicas. Têm definidas linhas de investigação ao abrigo das quais tem desenvolvido colaboração nacional e internacional.

A ESDRM descreve diversas ações de colaboração, nomeadamente, a criação de um ciclo de estudos em conjunto com várias instituições internacionais (European Bachelor in Physical Activity and Lifestyle) em que a ESDRM é co-promotora; a participação em diversos projetos internacionais; diversas afiliações e a colaboração com diversas instituições de ensino nacionais e outras organizações.

A ESES descreve várias ações de colaboração com outras instituições e com agrupamentos de escolas. Destacam-se colaborações a nível de ciclos de estudos, por exemplo a nível da colaboração interna, a Licenciatura em Educação Ambiental e Turismo de Natureza que envolve a ESES, ESAS e a ESDRM. O curso de pós-graduação em Necessidades Educativas Especiais e em Bibliotecas e Literacias Digitais e da Informação, a funcionar no Instituto Leopoldo Guimarães. Com instituições internacionais, destaca-se o Instituto Federal de Brasília com o Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC) e o Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional (MAE). A nível de projetos de investigação orientada também regista vários a nível internacional. Na área da Educação, destacam-se as parcerias entre a ESES, a FC Gulbenkian e o Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe (RIQUEB), e a ESES e a UNESP, Brasil, no âmbito de um projeto de investigação sobre avaliação na Educação de Infância. A ESGT menciona fundamentalmente a sua participação no âmbito do Programa Erasmus, a parceria com a Escola Superior de Saúde/IPS, através da qual foi criada e aprovada a Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Saúde e 2 projetos de Investigação Orientada.

Na ESSS releva a existência de um Gabinete de Internacionalização e Cooperação e destaca-se pela dinâmica na promoção da mobilidade, apresentando no geral os melhores valores a nível de mobilidade de alunos, docentes e estudantes estrangeiros. Recentemente a ESSS aderiu à Rede Académica das Ciências da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Salienta a cooperação existente com a Universidade de São Paulo, especificamente com a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto que permite igualmente o intercâmbio no domínio académico e de investigação. Participa desde 2012 no consórcio do Master Erasmus Mundus em Enfermagem de Emergência e Cuidados Críticos, conjuntamente com a Universidade de Oviedo, Universidade de Ciências Aplicadas de Metropolia (Finlândia) e a Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve. De momento, o consórcio aguarda resultado de nova candidatura submetida em fevereiro para financiamento comunitário de continuidade a este projeto Master Erasmus Mundus.

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.

B8.1. Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.

<sem resposta>

B8.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.

<sem resposta>

B8.3. Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)

Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.

O IPSantarém está a implementar o sistema de Garantia e Gestão da Qualidade (SGGQ) que visa “ a certificação dos processos na área do ensino, da investigação e da extensão à comunidade bem como dos processos de suporte: planeamento académico, gestão da informação, gestão dos recursos (humanos e materiais) e gestão financeira”. Os processos são coordenados por gestores de processo, articulados em cada unidade orgânica, pelo coordenador local de processo que acompanha e monitoriza o processo na respetiva Unidade orgânica, envolvendo, assim, os trabalhadores, docentes e não docentes, das unidades orgânicas e serviços. As Unidades Orgânicas colaboram nas auditorias internas e apresentam contributos para melhoria do sistema, por exemplo através do Conselho Pedagógico. Da leitura do RAA depreende-se que as Unidades Orgânicas se encontram adequadamente envolvidas no sistema.

B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

B9.1. Apreciação global das Unidades Orgânicas

Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

A organização e funcionamento das Unidades Orgânicas (UO) não merece reparos especiais.

Nenhuma UO se destaca especialmente. Também nenhuma UO apresenta fragilidades neste domínio.

B9.2. Áreas de excelência

Identificação de áreas de excelência.

Nada de especial a referir.

B9.3. Áreas com fragilidades

Identificação de áreas com fragilidades específicas.

Com exceção da ESDRM e da ESSS no 1º ciclo, em todas as unidades Orgânicas verificam-se dificuldades na captação de estudantes.

Em todas as Escolas observam-se dificuldades a nível de desenvolvimento de investigação orientada a nível do ensino-aprendizagem e da prestação de serviços e a publicação de artigos em revistas internacionais com revisão por pares ainda é baixa. Com exceção das ESES e da ESSS, nas restantes Unidades Orgânicas verifica-se o não cumprimento dos requisitos em termos de percentagem de Especialistas no corpo docente.

Em geral, também se verificam dificuldades a nível de internacionalização, por exemplo, na mobilidade de estudantes e docentes.

As relações institucionais a nível da Região e em especial com outras IES, o fraco desenvolvimento do SIGQ, e a escassez de receitas próprias são outras fragilidades que afetam negativamente a missão da Instituição. Transversal às várias unidades orgânicas são as deficiências verificadas ao nível da comunicação interna, nomeadamente, entre as diversas unidades e destas com o Instituto, assim como, da comunicação externa. Estas fragilidades afetam e poderão ser determinantes no futuro das unidades e do próprio Instituto.

B9.4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

- Cumprir com os requisitos legais para o corpo docente;
- Repensar a oferta formativa;
- Adotar medidas mais eficazes na atração de estudantes, especialmente através do concurso nacional de acesso ao ensino superior, sugerindo-se, maior dinamismo e criatividade em ações que o IP Santarém, ou as suas Escolas, desenvolvam ou em que participem como por exemplo a Futurália.
- Intensificar as atividades de investigação orientada com envolvimento dos estudantes;
- Incrementar as ações de prestações de serviços geradoras de receitas próprias;
- Adotar medidas de reforço da internacionalização;
- Aumentar a produção de publicações científicas;
- Continuar os esforços para implementar um SIGQ transversal a todo o Instituto.

B10. Observações

B10. Observações

- 1) Histórico de acreditação no 1º ciclo concluído em 2016: apesar do número de ciclos de estudo atualmente acreditados, o histórico de acreditações não é favorável a nenhuma das Unidades Orgânicas (todas registam cursos não acreditados);
- 2) Níveis de qualificação do pessoal docente: com exceção da ESES e da ESDRM, as restantes Unidades Orgânicas não cumprem os requisitos legais estabelecidos no RJIES. Se se considerar adequado observar o estabelecido no artigo 30.º do DL185/81, republicado no DL 207/2009 e alterado pelo - ECPDESP, apenas a ESES e a ESGTS cumprem todos os requisitos (% de professores de carreira e % de professores convidados, cálculos em ETI). A ESAS e a ESSS cumprem o requisito de mais de 70% de professores de carreira, mas não têm 20% de professores convidados. Por sua vez, a ESDRM cumpre o requisito de professores convidados, mas não cumpre o de professores de carreira;
- 3) Avaliação dos centros de investigação: O IPSantarém promove a sua política de investigação, através da Unidade de Investigação do IPSantarém (UIIPSantarém), não acreditada pela FCT, e à qual compete coordenar a investigação científica no âmbito do IPSantarém, através de dois centros de investigação (CIDESD e CIEQV) reconhecidos pela FCT e através do envolvimento dos docentes em centros de investigação de outras instituições, igualmente reconhecidos pela FCT. A ESAS destaca-se por ter docentes integrados em maior nº de centros de investigação com a classificação de Muito bom e Excelente. As outras Unidades Orgânicas todas têm docentes integrados em pelo menos um centro de investigação com a classificação de Muito Bom. A ESDRM destaca-se por apresentar a maior % de docentes que declara fazer investigação e estar integrado em centros de investigação acreditados. Por sua vez, a ESGTS, segundo as fichas submetidas, terá maior % de docentes doutorados que não integra qualquer centro de investigação.
- 4) Sistema de garantia da qualidade certificado pela agência: não existe.

III - Apreciação global da instituição

Perguntas C1. a C5.

C1. Apreciação global

Apreciação global da Instituição.

O Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) tem um projeto educativo, científico e cultural coerente com a natureza politécnica e a missão da instituição. Esta está definida com clareza e coloca a tónica na qualificação de alto nível dos cidadãos, na produção e difusão do conhecimento, no envolvimento com a comunidade, na investigação orientada e do desenvolvimento experimental e na internacionalização. O Plano estratégico de médio prazo (2015-2018) enumera apostas do IPSantarém que se pretendem alinhadas com as estratégias de desenvolvimento das regiões para a

promoção de desenvolvimento do país, como por exemplo aprofundar as relações com os stakeholders da comunidade envolvente e apresenta linhas de orientação estratégica e respetivos objetivos, indicadores, metas e planos de ação.

Os estatutos foram aprovados em 2008 (Despacho Normativo nº 56/2008, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 214 — 4 de Novembro de 2008) e os órgãos encontram-se a funcionar com normalidade, estando as competências estatutárias de cada um dos órgãos definidas. As Escolas regem-se por estatutos próprios, onde são fixados os órgãos de gestão e as respetivas competências, bem como os princípios que devem orientar as suas atividades. A estrutura da Instituição está refletida no seu organograma, no entanto não apresenta a Unidade de Apoio à empregabilidade e Empreendedorismo, criada em 2011. Segundo os Estatutos, o RAA e a informação recolhida durante a visita da CAE, as autonomias científica e pedagógica estão asseguradas na IES.

A IES não dispõe de um sistema interno de garantia da qualidade certificado por qualquer entidade, excetuando a ESSS que está certificada pela norma ISO 9001:2008 desde 2009 e que se encontra em transição para a norma ISO 9001:2015. O IPSantarém está a implementar o sistema de Garantia e Gestão da Qualidade (SGGQ) que visa “a certificação dos processos na área do ensino, da investigação e da extensão à comunidade bem como dos processos de suporte: planeamento académico, gestão da informação, gestão dos recursos (humanos e materiais) e gestão financeira.” O SGGQ encontra-se suportado no Manual de Qualidade, 3ª edição de março de 2016. Este “aplica-se a todas as formações ministradas em todas as Escolas Superiores do IPSantarém, Serviços de Ação Social, Serviços Centrais e atividades de investigação, elaboração e desenvolvimento de estudos e projetos.” A reunião da CAE com os responsáveis foi esclarecedora e conducente a considerar que se trata de um processo de forte aposta da Instituição. Aliás, a CAE foi informada que o IPSantarém solicitou recentemente à A3ES a auditoria e a certificação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade. A CAE considera que nesta fase a continuação da monitorização próxima da Presidência será desejável, porquanto o SIGQ será fundamental no fornecimento de indicadores necessários à governação das diversas dimensões – científica, pedagógica, atividades de extensão à comunidade, investigação, internacionalização, etc..

A nível da procura da oferta formativa, e considerando a evolução do número de total alunos, verifica-se um decréscimo anual do nº de alunos desde 2010/11 (4188) até ao presente ano letivo 2017/18 (3670), com ligeira melhoria no ano 2015/16. Para esse decréscimo, contribuiu a evolução negativa do nº de alunos de 1º e de 2º ciclos. No entanto, a evolução nas escolas é distinta; nos últimos três anos letivos (de 2015 a 2018) enquanto a ESAS e a ESES decresceram, verifica-se um aumento na ESGTS e na ESDRM.

A CAE considera que a aposta numa fileira formativa iniciada pelos TeSP poderá contribuir para melhorar o preenchimento das vagas e, eventualmente, será oportuna uma reflexão sobre o planeamento da oferta formativa que conduza à melhor identificação de áreas de diferenciação e de afirmação da IES propiciadoras de uma consistência e estabilidade de oferta formativa.

O IPSantarém dispõe de uma Unidade de Investigação (UIIPSantarém) criada em 2008 que integra docentes das diversas unidades orgânicas. Apresenta os seus objetivos, a orgânica, as suas linhas de investigação, o que permite identificar algumas políticas institucionais sobre investigação científica orientada e desenvolvimento tecnológico, embora seja pertinente uma definição mais profunda de opções de linhas de investigação com impacto no processo de ensino-aprendizagem, assim como, a definição de uma política clara de apoio ao docente nas suas atividades de investigação.

Em termos de internacionalização do IPSantarém é de mencionar a sua inserção no Programa Erasmus+ e na participação em alguns consórcios internacionais. A instituição aposta preferencialmente na lusofonia (em particular Brasil, Palops e América Latina). Para facilitar a

internacionalização a IES tem organizado cursos de língua inglesa, destinados a funcionários, procura construir uma rede de “embaixadores do IPSantarem”, é membro fundador da ACINET, rede que integra 8 instituições de ensino superior de Portugal e Países da América Latina, é membro fundador da Rede Peninsular de Inovação Aberta, que integra várias instituições de ensino superior de Portugal e Espanha.

De acordo com o RAA, uma boa parte das receitas próprias deriva das atividades letivas, principalmente de propinas (nos últimos cinco anos, em média, correspondem a cerca de 73 % das receitas próprias). As receitas angariadas através de alugueres de espaços, estudos e outras receitas representam valores relativamente baixos. Neste âmbito é de sublinhar que um dos objetivos da Unidade de Investigação do IPSantarém (UIIPSantarém) consiste em promover a prestação de serviços à comunidade.

Relativamente ao pessoal docente e do que é dado conhecer à CAE a nível de histórico da IES, foi feito um esforço notável ao nível de qualificação e de diversificação do corpo docente nestes últimos anos, o que ganha maior relevância tendo em conta o ambiente desfavorável a nível de financiamento das IES. Esta comissão gostaria de exprimir a sua preocupação em relação aos seguintes aspetos: insuficiência de especialistas nalgumas unidades Orgânicas, o desequilíbrio de professores coordenadores entre as Escolas e a necessidade de encetar alguma renovação de pessoal docente. É de acrescentar que está instituída a avaliação de desempenho do pessoal docente, tendo sido comunicado à CAE durante a visita que já se encontra na 3ª edição.

Nesta apreciação global da IES, a CAE gostaria de mencionar uma ideia expressa pelos estudantes e que foi consensual: necessidade de reforçar a comunicação interna e para o exterior, particularmente intensificar a divulgação do IPSantarém no sentido da comunidade conhecer as valências que a Instituição dispõe e do bom nível de formação que nela é ministrado.

C2. Pontos fortes

Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

Salientam-se os seguintes:

- Clareza da missão e dos objetivos da IES, bem como a coerência do projeto educativo, científico e cultural;
- A condução do SIGQ pela Presidência e o envolvimento da comunidade académica nos processos de garantia da qualidade;
- Elevado número de doutorados, na maioria em regime de tempo integral;
- Boa taxa de Estudantes/doutorados+ Especialistas;
- Existência de cursos de oferta formativa em parceria entre as Escolas do IPSantarém e com outras instituições;
- No geral, boa taxa de empregabilidade na área de formação (destaca-se positivamente a ESSS e a ESDRM e com maiores debilidades a ESES);
- Bons serviços de ação social;
- Instalações adequadas em todas as Unidades Orgânicas (destaca-se negativamente a ainda inexistente residência de estudantes em Rio Maior)

C3. Pontos fracos

Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

- Não conformidade com os requisitos de divulgação de informação relativa ao processo de avaliação (artigo 16º do RJAES, Lei nº 38/2007 de 16 de agosto e artigo 20º do Regulamento 392/2013 da A3ES);
- Debilidade a nível de comunicação interna e também para o exterior;
- A evolução negativa verificada nos últimos anos do número global de estudantes que revela dificuldades na captação de alunos;
- A baixa taxa de preenchimento de vagas, especialmente através do concurso nacional de acesso, em parte significativa da oferta formativa oferecida ao nível do 1º ciclo;
- Baixo nível de procura da oferta formativa ao nível de Mestrados;

- Captação de alunos internacionais;
- No geral, a necessidade de melhor compreender o fenómeno do abandono escolar e de reforçar a monitorização do percurso profissional dos diplomados do IPSantarém;
- Baixo nível de sucesso dos mestrados e nalguns cursos de Licenciatura;
- Não conformidade com os requisitos em número de Especialistas (artº 49º, nº1 do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro);
- Desequilíbrio do número de professores coordenadores entre as Unidades Orgânicas;
- Em geral, fraca investigação orientada bem como prestação de serviços à comunidade (destaca-se a ESAS); - No geral, ainda baixa publicação científica, particularmente pelo nº de publicações em revistas internacionais por pares e indexadas;
- Necessidade de institucionalização de políticas de internacionalização, de investigação orientada, de prestação de serviços e de apoio aos docentes para estímulo à investigação;
- Resultados a nível de mobilidade de estudantes e de docentes (a ESSS destaca-se positivamente)
- Resultados a nível de angariação de receitas próprias com origem nas prestações de serviços;

C4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.

Informação e comunicação – A CAE sugere a inserção dos relatórios de autoavaliação e avaliação externa e as decisões da Agência no site da IES, conforme estipulado no artigo 16º do RJAES, Lei nº 38/2007 de 16 de agosto e no artigo 20º do Regulamento 392/2013 da A3ES. A Comissão ainda sugere reforço da divulgação interna da informação por forma a melhor cimentar a cooperação institucional, bem como a adoção de medidas de melhoria da comunicação para o exterior da IES.

Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ)- Atendendo ao estágio em que se encontra, a Comissão sugere uma monitorização sistemática do sistema pela Presidência, destacando elevada atenção a nível de sensibilização e mobilização dos vários intervenientes e da adoção de um sistema de informação que suporte os processos de decisão, dado que será crucial preparar um SIGQ que forneça os indicadores indispensáveis à eficiência da governação do IPSantarém como um todo e, particularmente das suas Unidades Orgânicas e Funcionais.

Plano estratégico – Na elaboração do próximo plano estratégico, a CAE considera que além de atender ao balanço do atualmente em vigor (2015-2018), são muito pertinentes as linhas de orientação estratégica de vetores como o ensino, a investigação e a internacionalização. Dado o capital de visibilidade que o IPSantarém foi adquirindo ao longo dos anos e o seu bom relacionamento institucional, associativo e empresarial, não obstante carecer de aprofundamento, a CAE sugere que aproveite a oportunidade para uma reflexão sobre oferta formativa que conduza à melhor identificação de áreas de diferenciação e de afirmação da IES propiciadoras de uma consistência e estabilidade dessa oferta formativa. Simultaneamente, sejam definidas políticas institucionais nas referidas áreas passíveis de adoção pelas Unidades Orgânicas, salvaguardando naturalmente as especificidades de cada uma delas.

Corpo docente - A CAE sugere que a Instituição adote uma política de recrutamento que atenda às necessidades de Especialistas nalgumas Unidades Orgânicas (ESAS, ESDRM e ESGTS) e que contribua para uma distribuição mais equilibrada das diferentes categorias de docência.

Procura da oferta formativa – A Comissão sugere o reforço das medidas adotadas por forma a captar estudantes nos diferentes regimes de acesso e ingresso ao ensino superior, em grande parte da oferta formativa, bem como de estudantes internacionais.

Abandono, sucesso escolar e monitorização dos diplomados - A Comissão sugere que seja aprofundado o conhecimento do fenómeno abandono escolar na Instituição e, por sua vez, se aja em conformidade. Sugere igualmente que sejam melhor analisadas as causas do insucesso escolar em

alguns cursos de licenciatura e cursos de mestrado e que sejam implementadas medidas de natureza científico-pedagógica que potenciem o sucesso escolar. Sugere ainda que seja instituída uma política institucional de monitorização do percurso profissional dos diplomados do IPSantarém, de forma a, em paralelo ao desejável acompanhamento e interação com os diplomados, possa recolher informação que poderá revelar-se de grande utilidade para a gestão da IES.

Investigação, internacionalização, prestação de serviços e captação de receitas próprias - A CAE sugere a clarificação das políticas institucionais existentes sobre estas áreas e de instrumentos a adotar para apoiar e incrementar a produção científica, promover o desenvolvimento da internacionalização, por exemplo, alargando as áreas geográficas do internacional, e expandir a atividade de prestação de serviços. Por esta via, poderá potenciar a criação e transmissão do conhecimento para a comunidade, bem como aumentar receitas próprias.

Instalações - Sugere-se a continuação da melhoria da manutenção das instalações (por exemplo na ESSS), de modernização de alguns equipamentos (por exemplo na ESAS) e de manutenção de viaturas (por exemplo na ESAS). Ainda, a continuação dos esforços envidados para a concretização da construção da residência dos estudantes em Rio Maior.

C5. Recomendação Final

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

Acreditar com condições:

- De imediato:

i- Cumprir com o estipulado no artigo 16º do RJAES, Lei nº 38/2007 de 16 de agosto e no artigo 20º do Regulamento 392/2013 da A3ES;

- No prazo de 3 anos:

i - Melhorar os indicadores institucionais de investigação aplicada, de internacionalização e de prestação de serviços à comunidade,

ii- Aumentar o número de Especialistas com vista ao cumprimento do artº 49º, nº1 do RJIES, Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro;